



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1978

ANO IV

PARECER **AO PROJETO DE LEI Nº 164/78** **ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO**

1. Reúne-se esta Comissão de Orçamento, para a apreciação e análise do mais importante instrumento de programação governamental, onde deverá ser aferida a intenção da atividade do Poder Público, em suas dimensões físicas e financeiras.

A programação orçamentária que nos é apresentada, consiste basicamente na fixação de metas e na destinação de recursos humanos, materiais e financeiros, para alcançar os objetivos propostos dentro do próximo exercício.

Ressalta, ao exame, a compatibilização, de forma efetiva, dos planos de médio e longo prazos com as metas que devem ser alcançadas a curto prazo, e, mais especificamente, no exercício fiscal.

A maior importância a que nos referimos decorre do fato de que o programa orçamentário constitui base para realizar a gerência de recursos alocados e, em que a unidade executora do programa, tem não somente a responsabilidade do manejo financeiro dos recursos atribuídos ao mesmo, como também a de atingir as metas programadas.

Observe-se que, na formulação dos programas orçamentários tomou especial atenção à determinação de metas, em concordância com a orientação dos planos, podendo-se prever excelentes resultados.

2. DA RECEITA E DA DESPESA

A receita estimada e a despesa fixada para o exercício financeiro de 1979, é da ordem de Cr\$ 27.555.680.300,00 (vinte e sete bilhões, quinhentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta mil e trezentos cruzeiros), o que denota uma elevação de 47,7% sobre o ano anterior.

3. DAS EMENDAS

Aberto o prazo regimental para o oferecimento de Emendas, foram apresentadas 34 (trinta e quatro), tendo sido publicadas, como determina o Regimento Interno, dentro do prazo legal, em Avulso do Diário da Assembléia, datado de 07 de no-

vembro de 1978.

Todas as Emendas apresentadas, foram recebidas por esta Comissão de Orçamento, sem que nenhuma recebesse rejeição liminar.

Passamos a apreciá-las:

As Emendas n.ºs 3, 4, 5, 21, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 34, pelas suas naturezas e objetos, merecem ser consideradas recebendo a aprovação desta Comissão, mesmo porque, a aprovação não alterará a substância da programação orçamentária, deixando, isso sim, uma alternativa administrativa a ser seguida.

Por outro turno, as Emendas de n.ºs 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23 e 24, por contrariar os pressupostos retro alinhados, deverão ser desconsiderados pela rejeição.

Quanto às Emendas n.ºs 1 e 2, pretendem a autorização da Assembléia Legislativa, para que o Poder Executivo tome as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da Receita, bem assim, para a abertura de créditos suplementares até o limite de 30% sobre o total orçado para a despesa do exercício.

Ora, a autorização que se pretende solicitar à Assembléia Legislativa, está sendo pedida no texto da Lei e deverá ser dada, quando da votação deste Projeto, pela maioria dos integrantes desta Casa de Leis. Se assim não entenderem os Senhores Deputados, rejeitarão o pedido, descabendo, dessa forma, as emendas.

4. CONCLUSÃO

Tudo bem visto e bem examinado, e diante do que foi exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei em seu texto original, bem como as Emendas atrás enumeradas favoravelmente e pela rejeição das demais.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1978.

(aa) Deputado FUAD NACLI — Presidente
Deputado JORGE SATO — Relator
Deputado ANTÔNIO FACCI — Com restrições
Deputado EGON PUDELL